

*DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ*

RELATÓRIO DE GESTÃO **2020**



*DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DO PARÁ*

RELATÓRIO DE
GESTÃO **2020**



CORPO GESTOR**João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo**

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Mônica Palheta Furtado Belém Dias

SUB-DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

César Augusto Assad

CORREGEDOR GERAL

Luciana Santos Filizzola Bringel

DIRETORA METROPOLITANA

David Oliveira Pereira Da Silva

DIRETOR DO INTERIOR

Rodrigo Ayan Da Silva

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR

Lauro José Nascimento Spinelli

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

ELABORAÇÃO

Bruna Carvalho

Caio Mascarenhas

Assessoria de Comunicação

Jorge de Sá Ribeiro

Diagramação e Design

**Mensagem
do Defensor
Público Geral**

Def. João Paulo Carneiro Ledo

O projeto de gestão da Defensoria Pública que se consagrou vencedor nas urnas internas foi denominado “Valorizar”, pois tinha como objetivo a mudança da cultura organizacional, a valorização e o respeito aos colaboradores que fazem parte da Defensoria Pública, porque são eles que dão existência e resultados para a instituição e para a sociedade.

Iniciamos a gestão no momento mais crítico da pandemia do novo coronavírus, ou seja, quando as atividades estavam, quase que na sua totalidade, no trabalho remoto. Logo, o nosso primeiro desafio foi o plano de retomada denominado “Retoma Defensoria”. Ele foi construído de forma democrática e com ampla participação dos defensores e servidores, com destaque para um diálogo colaborativo e respeitoso com a Associação dos Defensores e Defensoras do Estado do Pará – Adpep e com a Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará – ASDPUB.

Acima de uma administração moderna e voltada para o futuro, temos o foco na valorização, escuta ativa e respeito de todos (as) os (as) Defensores(as) e servidores(as) que fazem parte desta instituição, recebendo todos(as) com transparência e consideração, sempre de portas abertas para, juntos, colocar novamente a Defensoria Pública do Pará em lugar de destaque no âmbito nacional.

Muito trabalho ainda tem a ser feito, porém tenho certeza que nada grandioso no mundo foi feito sem uma grande dose de paixão e força de vontade, coisas que não nos faltam!

Institucional 06 **09****Diretoria Metropolitana** 10 **15****Diretoria do Interior** 16 **19****Escola Superior da Def. Pública** 20 **21****Núcleo de Defesa dos D. Humanos** 22 **23****Balcão de Direitos** 24 **25**

INSTITUCIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus no mundo. A Defensoria Pública do Estado do Pará, por meio da gestão anterior, com o intuito de combater a disseminação da Covid-19, instituiu a criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento em Saúde Pública, em abril. O objetivo foi atuar em ações coletivas, expedindo recomendações e aplicando medidas judiciais e extrajudiciais para questões relativas à saúde pública e aos planos de saúde estatais.

No dia 24 de junho de 2020, a nova gestão assumiu as atividades da Defensoria Pública do Estado, com a posse do defensor público geral, João Paulo Léo. Em julho, com o retorno gradual das atividades da Defensoria Pública do Pará, a atual gestão realizou testagem do corpo funcional, adquirindo máscaras, instalando barreiras de proteção e dispenses de álcool em gel nos prédios de atendimento da DPE.

No ano marcada pelos desafios no combate à COVID, a Defensoria ampliou a capacidade de atendimento com investimento em pessoas, saúde e infraestrutura.

PRIMEIROS 100 DIAS DE GESTÃO

Por meio do programa “Conexão Defensoria”, realizou de julho a dezembro quase 90 mil atendimentos e mais de 9 mil agendamentos através do próprio site da instituição, sendo um dos maiores programas de agendamento online entre todas as Defensorias do Brasil.

Destacam-se também os avanços nos 100 primeiros dias em cinco eixos diferentes: 1) Reformas Legislativas; 2) Modernização da Estrutura Administrativa; 3) Captação de Recursos; 4) Gestão de Recursos Humanos; 5) Modernização do Parque Tecnológico.

Um dos primeiros atos de gestão foi a criação do Grupo de Trabalho para estudo e revisão da Lei Complementar nº 54/2006. O resultado culminou na aprovação, à unanimidade, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, em sua 79ª Sessão Extraordinária, realizada em 02 de outubro de 2020, no anteprojeto, denominado “Projeto de Modernização da Defensoria”. O objetivo precípua é a modernização e também o fortalecimento da Defensoria Pública, com vistas à otimização da defesa da população carente do Estado, com responsabilidade e economia de recursos públicos, prevendo, dentre outras melhorias, a transformação da carreira para classes.

O Conselho Superior também aprovou, em unanimidade, o anteprojeto de criação do FUNDHEC – Fundo de Direitos Humanos e Cidadania, o qual visa a captação de recurso para a instituição, com a criação de fundo específico para a implementação de projetos de direitos humanos e cidadania.

No eixo modernização da estrutura administrativa foi instituído o Processo Administrativo

Def. Público Geral João Paulo Carneiro Ledo e Sub-defensora Pública Geral Mônica Palheta Dias com o governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, na cerimônia do Ato de Assinatura do Milésimo Acordo de Conciliação.



Eletrônico – PAE, como o sistema oficial de produção, uso e tramitação de documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará. A finalidade da implantação é trazer eficiência, economia e transparência nos atos de gestão da instituição.

A gestão também realizou a inscrição de diversos projetos para a captação de recursos junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e do Ministério da Justiça.

Cabe destacar o novo regramento quanto à “elaboração e publicidade de atos administrativos”, bem como quanto aos “critérios para a concessão e gozo de férias e licença-prêmio aos membros e servidores”. Medidas indispensáveis de sistematização dos trabalhos, as quais levam segurança jurídica, transparência e impessoalidade.

No êxito captação de recursos, destaca-se a criação de um Comitê de Captação de Recursos. Os resultados apareceram em pouco tempo, pois a administração trabalhou junto ao poder legislativo para a criação da Frente Parlamentar pela Valorização da Defensoria Pública. Obtivemos, mediante emenda parlamentar coletiva, a quantia de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) para a renovação do parque tecnológico. Foi liberada também emenda parlamentar para a compra de uma van, com intuito de fortalecer o programa Balcão de Direitos. Também aferimos, junto ao executivo, a quantia de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) para fortalecer o FUNDEP.

A gestão também realizou a inscrição de diversos projetos para a captação de recursos junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

e do Ministério da Justiça. O eixo gestão de recursos humanos talvez tenha sido um dos mais importantes avanços da atual gestão durante esses primeiros meses.

O eixo que possui grande importância para o futuro da instituição é o da Modernização do Parque Tecnológico. No início da atual gestão foi instituído um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Modernização (CGTIM), em seguida a contratação de empresa especializada para realização de diagnóstico e plano de investimento. Realizado processo licitatório para aquisição de computadores, tablets, celulares e telas auxiliares. Em parceria com a Defensoria Pública de Tocantins, foi assinado o Termo de Convênio, que visa à implementação do sistema de gestão de processos, como o sistema Solar - que já está sendo utilizado em outras 16 Defensorias Públicas e interage com o PJE. Iniciado, também, os procedimentos para a aquisição de um novo datacenter, o qual será capaz de gerir dados com segurança, tornando possível a implantação, de forma segura, do referido sistema de gestão de processos.

Nesse eixo, destaca-se a aquisição de novos sistemas (gestão de pessoas, gestão de recursos administrativos, gestão de demandas administrativas, o service-desk), além da implantação para futuros aplicativos de atendimento, novos e-mails e a adequação da Defensoria Pública do Pará na Lei Geral de Proteção de Dados - LGDP.

A modernização visa colocar a Defensoria Pública do Estado do Pará em destaque, no âmbito da gestão de processos, recursos humanos e materiais, bem como expandir o atendimento, a melhoria da produtividade e a qualidade do serviço público.

INSTITUCIONAL

Encontro com a Ministra Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, para apresentar o projeto "Marajó 360°"



O Defensor Público Geral empossou 12 novos Defensores Públicos do Estado

RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL

Em outubro, diversas tratativas foram realizadas com o IGEPREV, como a elaboração de termo de cooperação que permitirá acesso ao sistema de consulta dos procedimentos administrativos em trâmite naquele órgão, além da organização de mutirão, em parceria com os procuradores do IGEPREV. O defensor público-geral, João Paulo Lédo, assinou também o "Termo de Confissão de Dívidas", onde a DPE não pagará mais multas e juros pela dívida ativa de mais de 7 milhões de reais.

BRASÍLIA Ainda em outubro, o titular da DPE participou de um encontro com a ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, em Brasília. O objetivo foi apresentar o projeto "Marajó 360°", buscando a parceria do ministério, que pretende realizar ações de cidadania e justiça nos 16 municípios que compõem o arquipélago. No Senado, os três senadores da bancada federal do Pará também firmaram apoio ao projeto da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Continuando a visita em Brasília, o DPG representou o estado do Pará na 45ª sessão ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege). Na pauta, debates sobre a independência funcional das Defensorias Públicas brasileiras e a conclusão da minuta do Termo de Cooperação para o peticionamento integrado das Defensorias Públicas.

Finalizando as visitas à Brasília, o titular da DPE, os defensores públicos, Edgar Alamar e Anele Freitas e a servidora Tássia Pereira participaram do "Workshop: Vans dos Direitos e Recursos Federais", no auditório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A capacitação abordou a utilização de recursos públicos e sua prestação de contas. Ainda no evento, foi anunciado o resultado do projeto "Vans dos Direitos", implementado em parceria com as Defensorias Públicas Estaduais. A iniciativa tem o objetivo de ampliar as oportunidades de inclusão social e prevenir a violação de direitos em todo o Brasil.

POSSE NOVOS DEFENSORES PÚBLICOS

No dia 10 de dezembro, o defensor público geral João Paulo Lédo e o corpo gestor da Defensoria participaram da cerimônia de Posse dos 12 Novos Defensores Públicos do Estado.

A posse, realizada no teatro Margarida Schiwazappa, contou com a presença de diversas autoridades e oficializou o termo de compromisso entre os empossados e a instituição. Os 12 novos defensores irão atender cerca de 644 mil pessoas nos municípios de São Félix do Xingu, Cametá, Melgaço, Óbidos, Oriximiná, Tailândia, Eldorado dos Carajás, Itaituba, Vitória do Xingu, Igarapé-Miri e Mocajuba.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Dia 11 de dezembro, a Defensoria Pública do Estado do Pará realizou o casamento comunitário "Toda Forma de Amor".

A cerimônia aconteceu no Teatro Estação Gasômetro, oportunidade em que 42 casais heterossexuais e homossexuais contraíram matrimônio.

Na ocasião, os casais receberam as certidões de casamento e os votos de felicidade do defensor público geral, João Paulo Lédo.



"Vans dos Direitos", iniciativa que tem o objetivo de ampliar as oportunidades de inclusão social e prevenir a violação.



DIRETORIA metropolitana



A visita aos Núcleos serviu para conhecer suas estruturas e identificar suas necessidades a fim de promover melhorias no atendimento ao assistido.

Entre os meses de junho e setembro, a coordenação do grupo planejou, elaborou e executou o plano de retomada gradual dos serviços da Defensoria, organizando também a retomada do atendimento de todas as Defensorias da Região Metropolitana de Belém, com atendimento remoto e presencial, retornando 100% do corpo funcional, voltando a acolher nas centrais de atendimento os assistidos, dando orientação e prestando atendimento, de forma segura e obedecendo a todas as regras sanitárias decorrentes deste tempo de pandemia. Para a retomada das atividades da instituição, elaborado junto ao gabinete do defensor público geral, portaria que disciplinou a retomada do atendimento e do trabalho presencial da Defensoria, possibilitando assim o retorno gradual da prestação de serviço essencial à população.

Para a melhoria da comunicação institucional, foi implantada a Lista de Transmissão da Diretoria Metropolitana (DM), que constitui em uma importante ferramenta para estreitar os laços entre os membros da Defensoria e a Diretoria bem como dar mais celeridade às comunicações internas. Além disso, foi criado o relatório de plantão no formato Google Forms para simplificar o envio do relatório de plantão dos membros o que, por determinação da resolução do plantão, é exigido como pré-requisito para a concessão das folgas compensatórias que são geridas pela Diretoria Metropolitana.

FORTALECIMENTO DOS NÚCLEOS Foram realizadas visitas a todos os núcleos da região metropolitana para conhecer as suas estruturas, identificando suas necessidades e tomando as providências para melhorar o atendimento à população, sempre promovendo as melhores condições de trabalho.

ORGANIZAÇÃO Com a retomada das atividades e dos atendimentos, surgiu a necessidade de organizar a forma e o meio pelo qual esses atendimentos deveriam ser feitos, considerando que tínhamos uma limitação grande de número de pessoas dentro dos prédios da instituição. Na primeira etapa da retomada realizamos atendimentos 100% remotos, e para isso padronizamos como ferramenta para atuação finalística o WhatsApp Business por meio do qual o (a) Defensor (a) Público (a) realiza os atendimentos dos assistidos de forma remota. Hoje o atendimento da Defensoria já está misto, sendo parte considerável presencial e parte remoto.

SISTEMAS A Coordenação de Políticas Criminais desempenhou importante trabalho organizando e aprimorando o acesso a diversos sistemas em uso por servidores e defensores, tais como INFOPEN e SISCAP, e viabilizando novos sistemas de consulta de dados para melhoria da atuação dos membros da Defensoria, como o CAGED e PERÍCIAS.NET. Elaborado em parceria o Setor de Comunicação mecanismos mais didáticos e facilitadores do

acesso a esses sistemas na Intranet, inclusive alguns que já possuíamos, mas, não se encontravam em uso massificado, como o INFOSEG, JUCEPA e o SEEU.

APOIO A NOVAS INICIATIVAS E PROJETOS

Apoio ao “Eles Por Elas”, do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen), que busca a discussão das novas masculinidades e o reconhecimento da necessidade de respeito às mulheres e a igualdade de direitos junto às pessoas acusadas pela prática de violência de gênero. Apoio também ao projeto de atendimento ao preso provisório da Região Metropolitana de Belém, de autoria de Defensora Pública lotada no Núcleo Metropolitano de Ananindeua, que iniciou a realização de visitas virtuais a presos de casas penais da região metropolitana, com a aplicação de questionários e a realização de oficinas, que além de apresentar dados e um perfil dos presos provisórios sob custódia pelo Estado, apontará um modelo de atendimento sistêmico à pessoa privada provisoriamente da liberdade a ser sugerido como padrão na política de atuação criminal da instituição. Articulado, juntamente com a Coordenadoria do Nugen, para a formação de parceria com a Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Belém (COMBEL), para o atendimento psicossocial de mulheres vítimas de violência de gênero; Fomento e participação da organização e execução dos trabalhos do “Grupo de Trabalho Mulheres Livres”, no fornecimento de pessoal e apoio logístico.





A visita aos Núcleos serviu para conhecer suas estruturas e identificar suas necessidades a fim de promover melhorias no atendimento ao assistido.



A central de atendimento foi reformulada, transformando-se na "Conexão Defensoria", com a ampliação dos canais de comunicação por meios virtuais, além do telefone 129.

CONEXÃO DEFENSORIA A partir do início da nova gestão, o Núcleo Cível e da Fazenda implementou o "Conexão Defensoria" para agendamento online pelo site desta Instituição, foi implementado a utilização do aplicativo Whatsapp Business, para realização dos atendimentos com a gradativa retomada dos serviços ofertados pelo Núcleo que agora já se encontram 100% de sua capacidade, com atendimento presencial excepcional para casos urgentes e com dificuldades de acesso via remota.

RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL Realizado diálogos, em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Pará (ADPEP) e a Diretoria do Interior, junto a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) para que sejam garantidas as prerrogativas dos membros por ocasião das visitas e entrevistas com os detentos, sem a obrigatoriedade de prévio agendamento. Foi feita visita à Corregedoria Geral de Polícia Civil para uniformizar a entrega dos flagrantes por meio virtual à Defensoria, em vista de viabilizar o trabalho remoto considerando as limitações impostas pela pandemia, o que resultou na uniformização da entrega de flagrantes por e-mail.

MUTIRÃO DE PASTAS Considerando que as demandas sob a responsabilidade do Núcleo Cível dependem da realização de diversas diligências até o protocolo da petição inicial, o que gera um grande número de pastas pendentes de realização de diligências tanto por parte dos assistidos como de informações prestadas por outros órgãos. A Coordenação do Núcleo idealizou a realização de um mutirão para o levantamento das pastas com pendências para dar prosseguimento nas demandas.

Em uma primeira pesquisa realizada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação — NTI, foram levantadas cerca de 20.000 pastas nas condições supramencionadas, as que estão passando por uma primeira análise pelos servidores da secretaria acerca de pendências de protocolo de ações. Em uma segunda fase, as pastas serão separadas para encaminhamento à coordenação para análise pelos defensores do Núcleo para dar prosseguimento ou possível arquivamento caso não se constate o interesse do assistido.



"Mutirão de Pastas" para levantamentos das demandas com pendências para que se dê prosseguimento.



O NAECA firmou diversos Termos de Adesão, com destaque para o firmado entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará e a Secretaria de Estado de Administração.

Os defensores públicos do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e ao Adolescente (Naeca) participaram de eventos promovidos por órgãos e entidades do Estado, entre os meses de junho e setembro, destacando-se a reunião com o tema “Direito a alimentação adequada dos alunos da rede pública municipal de ensino durante a emergência sanitária decorrente do novo coronavírus”, com a Secretaria Municipal de Educação (Semec) e Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (Fmae); “Audiência pública sobre a retomada das aulas na rede de ensino estadual”, no Ministério Público do Estado do Pará; “Certificação profissional de socioeducandos” na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa); a “live em alusão aos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente — Projeto Eco”, com a Adpep.

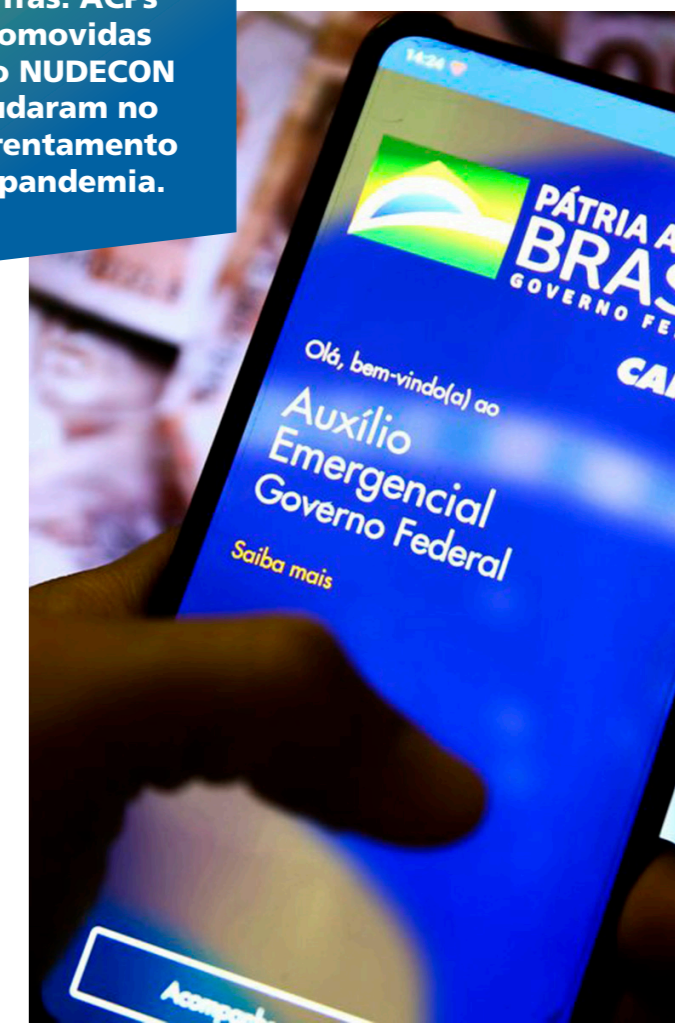
No mês de setembro houve a primeira “Roda de conversa sobre prevenção ao suicídio”. O evento é uma prática do projeto ECO – o seu canal direto com o ECA, idealizado pela defensora pública da infância Cassandra Gomes. O encontro foi em parceria com a Adpep e a Escola Superior da Defensoria Pública.

PARCERIA Destaca-se também a existência do Termo de Adesão da Defensoria Pública do Estado do Pará, firmado entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e a Secretaria de Estado de Administração (SEAD) onde o Núcleo acompanhou, durante a semana de 17 a 21 do mês de agosto de 2020, quatro socioeducandos que cumprem medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade. Nota-se, também, a existência do Termo de Cooperação firmado entre a Eletronorte e a Defensoria Pública, por intermédio do qual a equipe técnica do Naeca acompanhou os jovens aprendizes contratados pela empresa, que ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2020.

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) realizou diversas atividades, projetos e atendimentos no ano de 2020. De acordo com o relatório divulgado pelo núcleo, foram realizados 3.819 atendimentos nesse ano, sendo 2.134 de consumidores com casos gerais, 1.478 casos de Energia Elétrica e 207 atendimentos de casos contra instituições financeiras, distribuídos entre os projetos realizados pelo núcleo que são, Caravana Do Consumidor, Dia Do Consumidor, Dia Do Código Do Consumidor, Black Friday, A Mulher E Seu Papel Na Sociedade De Consumo. Além desses atendimentos, o canal direto Defensoria Energia Elétrica teve 79,12% de acordos extrajudiciais neste ano.

Foram realizadas também 365 audiências de conciliação e atuações coletivas em pedidos de benefício da população, tais como: Regulamentação das mensalidades escolares, Recomendação a Cosanpa acerca do fornecimento de água, Recomendações a empresas de transporte coletivo, Medidas de distanciamento no pagamento do auxílio emergencial, Recomendação Hapvida a respeito de leitos para pacientes com covid-19, Carência nos planos de saúde em meio a pandemia e reajuste tarifário da energia elétrica.

Aglomerção para receber o auxílio emergencial e reajuste de tarifas: ACPs promovidas pelo NUDECON ajudaram no enfrentamento da pandemia.



DIRETORIA do interior



As visitas institucionais serviram para estreitar os órgãos de gestão superior e os Núcleos.

A Diretoria do Interior é um dos órgãos de gerência da Defensoria Pública, onde nas suas atribuições, é determinando a ela coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as atividades de assistência jurídica aos necessitados, nos limites de sua competência.

VISITAS INSTITUCIONAIS O diretor do interior, David Oliveira e o defensor público geral, João Paulo Lédo visitaram alguns Núcleos da Instituição no interior do estado durante os meses de agosto e dezembro de 2020. O objetivo é estreitar as relações. Receberam visitas, no mês de agosto, a Defensoria Pública de Bragança, o Núcleo Regional de Capanema, o

Núcleo Regional de Paragominas, a Defensoria Pública de Barcarena e o Núcleo Regional de Abaetetuba. Em setembro, foram visitados o Núcleo Regional de Santarém e a Defensoria Pública de Moju. No início do mês de outubro, a gestão prestigiou a cerimônia de inauguração do Fórum "Desembargador Humberto de Castro" e da instalação da Comarca de Vitória do Xingu, onde a partir do início do funcionamento, a DPE passa a contar com uma sala de atendimento aos assistidos dentro do Fórum e também visita à sede de Altamira. No mês de novembro, foi visitado o Núcleo Regional do Lago Tucuruí, e em dezembro, o Núcleo Regional do Marajó, em Breves.

ESTRUTURAÇÃO DA DEFENSORIA NO INTERIOR E AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

O Pará possui 144 comarcas e termos judiciários, dos quais, 139 são considerados interior do Estado. Destes, atualmente, a Defensoria Pública atende 44. Ressalta-se que houve a retomada das atividades da Defensoria nas cidades de Curalinho,

Soure, Moju, Jacundá e Nova Timboteua, além da Defensoria Pública Criminal e de Execução Penal de Altamira, sendo que as cidades de Moju, Soure, Curalinho e Jacundá estavam sem atuação da instituição há um longo período. Assim, através das ações implementadas pela nova gestão da DPE, muito mais assistidos terão acesso à assistência judiciária integral (gráfico abaixo).

Com a ampliação no atendimento do interior muito mais assistidos terão acesso à assistência judiciária integral e gratuita.

	Atuação da DPE no interior até início de 2020.	Acrescimento no atendimento com as retomadas das comarcas.	Atuação da DPE no interior após a ampliação da cobertura de atendimento
População alcançada	2.894.568	+ 410.649	3.305.217
Comarcas atendidas	35	+ 09	44
Varas judiciárias atendidas	110	+ 09	119
Processos em potencial	375.234	+ 35.544	410.778

Estimativa da população alcançada pela retomada das comarcas Curalinho, Soure, Moju, Jacundá e Nova Timboteua, além da Defensoria Pública Criminal e de Execução Penal de Altamira



AÇÕES DE REGIONAIS E GRUPOS DE TRABALHO



XINGU

O Núcleo Regional do Xingu realizou nos dias 19, 21, 26 e 28 de agosto o "Minicurso de fundamentos de mediação e conciliação para a Defensoria Pública", com o intuito de capacitar o corpo funcional do núcleo e estimular a solução extrajudicial de litígios, com ênfase na área de família. Participaram do evento as Regionais do Marajó e Caeté e a Defensoria Pública de Itaituba.

CARAJÁS

O Núcleo Regional do Carajás, firmou Termo de Cooperação Institucional com a Prefeitura de Jacundá, a fim de viabilizar a retomada das atividades da Defensoria Pública de Jacundá, bem como deu início ao projeto "Atendimento Virtual", desenvolvido pelo defensor público Rilker Mikelson Viana, a fim de possibilitar à coordenação no núcleo realizar atendimentos à ela vinculados e atendimentos de assistidos oriundos da cidade de Bom Jesus do Tocantins, termo judiciário de Marabá.

TOMÉ-AÇU E CAMETÁ

Foram executadas ações especialmente voltadas à atuação em execução penal nas comarcas de Tomé-Açu e Cametá, onde atua a defensora pública Úrsula Mascarenhas, das quais destacam-se os seguintes dados: na Regional do Rio Capim, no município de Tomé Açu, no período de julho a outubro, foram realizadas 341 atividades. Já na Regional do Tocantins, em Cametá, foram realizadas 86 atividades no mesmo período.

DEFENSORIAS AGRÁRIAS

A Coordenação das Defensorias Públicas Agrárias do Estado do Pará, diretamente vinculada à Diretoria do Interior, realizou durante o mês de setembro primeiro censo étnico-racial da Instituição, que teve como objetivo formular relatório e monitoramento de políticas públicas de ações afirmativas na Defensoria Pública do Estado do Pará. A Defensoria Agrária é coordenada pela Defensora Pública Andréia Barreto.

GRUPOS DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho Interinstitucional em Defesa das Garantias e dos Direitos dos Povos Quilombolas e contra o Racismo no Estado do Pará, instituído pela portaria nº 177/2020- GAB/DPG, de 16 de julho de 2020, promoveu a participação de todo o corpo funcional da Instituição (membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços terceirizados) na pesquisa por intermédio de um link onde o "entrevistado" informa seus dados.



ESDPA

Escola Superior
da Defensoria
Pública do Pará



À esquerda, treinamento para implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) na Defensoria Pública. Acima, lançamento do Prêmio Benedito Monteiro que visa valorizar a produção técnica dos Defensores.



A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (ESDPA) tem como finalidade criar e sustentar processos de aprendizagem continuada e de construção de competências, promovendo a capacitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento buscando a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição e a difusão do conhecimento jurídico dos defensores, servidores e estagiários. Com isso, podemos destacar as principais atividades da Escola Superior entre os meses de junho e setembro como a regularização do programa de estágio da Defensoria Pública, com alteração dos termos para constar "Estágio não obrigatório" retificando os ainda em vigor e alterando os novos contratos e aditivos; o encaminhamento da Instrução Normativa que cria o estágio de nível médio, da resolução de criação do "Programa de Estágio de Pós-Graduação" e da Proposta de Criação do "Serviço Voluntário" na Defensoria Pública do Estado do Pará, já aprovada pelo CSDPA; Implementação do Estágio Obrigatório com UFPA, Uninassau e Unama. A ESDPA também realizou tratativas para convênio de mestrado profissional com a UFPA, retomada do curso de especialização em direitos fundamentais paralisado desde março/2020 e parceria com a Defensoria Pública do Distrito Federal para acesso ao Sistema Integrado de Trabalho (SIT) da Escola de Assistência Jurídica da DPDF.

CAPACITAÇÃO A Escola Superior realizou treinamento para os servidores sobre o Processo Administrativo Eletrônico (PAE). Também como fomento à capacitação, criou a "Live do Mês", a fim de estimular a realização de palestras no formato virtual, como o ciclo de eventos em parceria com o GT em Defesa e das Garantias e Direitos dos Povos Quilombolas e contra o Racismo no Pará.

Além da implementação do novo formato do Boletim Jurídico da ESDPA, a reformulação do Núcleo de Apoio à Atuação e à Pesquisa (NAAP), com ampliação das pesquisas e da produção de modelos de peças jurídicas. A Escola Superior também realizou reuniões com todos os coordenadores dos seis Núcleos de Práticas Jurídicas para análise da possibilidade de retomada dos atendimentos, possibilitando assim, a volta do atendimento presencial do NPJ da Fabel, no dia 11 de agosto, e do Cesupa, de forma virtual, no dia 01 de setembro.

PREMIAÇÃO A Escola Superior fez o lançamento do "Prêmio Benedito Monteiro" que irá premiar os melhores trabalhos forenses e projetos realizados pelos Defensores Públicos do Estado do Pará. A premiação tem por escopo a valorização da produtividade funcional e aprimoramento técnico-jurídico da atividade intelectual dos membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, bem como prestar homenagem ao seu fundador Benedito Wilfredo Monteiro.



Encontro dos Núcleos de Prática Jurídicas que fazem parte da "Conexão Defensoria" para alinhar a retomada dos atendimentos.

OUTRAS ATIVIDADES MARCANTES DOS 100 PRIMEIROS DIAS

*Implementação do
estágio obrigatório
com UFPA,
UNAMA e UNINASSAU*

*Tratativas para
convênio do mestrado
profissional
com a UFPA*

*Tratativa com UFPA
para retomada do curso
em Esp. em Direitos
Fundamentais*

*Treinamento para
implementação do
Processo Administrativo
Eletrônico na DPE*

*Ciclo de palestras
para defesa dos Povos
Quilombolas e contra o
Racismo no Pará*

NDDH

Núcleo de Defesa
dos Direitos Humanos

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) retornou gradualmente os atendimentos em 06 de julho de 2020, com a elaboração de planejamento de trabalho a partir de questionário respondido pelos membros, servidores e estagiários do núcleo, onde na oportunidade informaram as necessidades e quais as atividades são desempenhadas no NDDH. Confeccionou o formulário de atendimento para traçar o perfil do assistido e assim contribuir para fins estatísticos e subsidiar argumentos para captação de recursos assim como a confecção do Protocolo de Atendimento às Pessoas Vítimas de Violações de Direitos Humanos, estabelecendo critérios básicos para atendimento dos assistidos que são recepcionados no NDDH. Foram realizadas reuniões externas SEAP, SECTET e FUNAI com o intuito de firmar parcerias e aperfeiçoar o atendimento das temáticas que são atendidas no núcleo.

PROJETOS DE ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS

O NDDH notou a necessidade de levar o serviço público até o (a) assistido (a), uma vez que o público alvo do núcleo, assim como da Defensoria Pública, são pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social, motivo pelo qual se deu origem o Projeto "Direitos Humanos em Ação".

O Projeto possui como objetivo levar in locus os serviços fornecidos pelo Núcleo aos assistidos que se encontram em dificuldades sociais e financeiras ao buscar o acesso aos serviços jurídicos, de cidadania e de saúde, tais como emissão de 2ª via de certidão de nascimento e óbito, atendimento jurídico, audiência extrajudicial e registro extemporâneo, serviços de saúde e outros serviços pertinentes às demandas. O Projeto, até o mês de dezembro, realizou mais de 3.500 atendimentos.

As ações ocorreram no município de Benevides, no bairro do Jurunas, Tapanã, Guamã, na Ilha de Cotijuba e em parceria com a faculdade Maurício de Nassau.

Além de todas as atividades já desenvolvidas, houve ainda a necessidade de encaminhamento de ofícios para conhecimento de legislação em âmbito estadual que resguarda direitos humanos, sendo encaminhado ofício para a Alepa solicitando tais informações. Ainda nesse aspecto, foi encaminhado Memorando Circular para as regionais da Defensoria Pública com propósito de coletar dados sobre violações de direitos humanos no Estado do Pará e desenvolver, caso possível, um trabalho em conjunto com os demais núcleos especializados. Por outro lado, com o fim de aperfeiçoar os serviços prestados, além de capacitar os servidores, foi solicitado junto à Escola Superior cursos de capacitação em direitos humanos nas temáticas atendidas no Núcleo.

*2ª via de certidão de
nascimento e óbito*

*atendimento jurídico e
audiência extrajudicial*

registros

extemporâneos

*serviços de saúde e
outras demandas sociais*



"Direitos Humanos em Ação" levou o serviço público para perto do assistido em missões itinerantes que atenderam mais de 3.500 pessoas



FRIDA KAHLO Outro projeto a ser mencionado, é o "Frida Kahlo", que tem como principal objetivo a propagação da arte e cultura às pessoas com deficiência através de educação em direitos, projeto este que também foi elaborado em agosto do corrente ano e vem sendo desenvolvido pela Defensora Pública Felícia Fiuza.



BALCÃO de DIREITOS

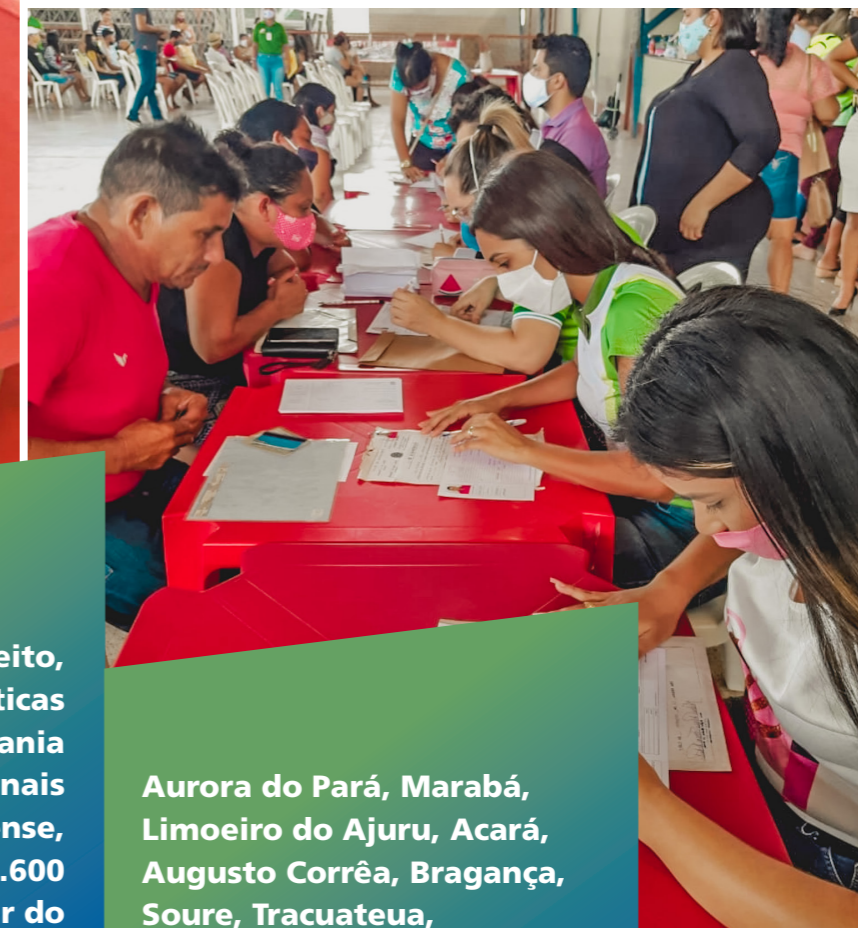
O programa retornou com os atendimentos no dia 14 de agosto, sendo Aurora do Pará o primeiro município a receber os serviços. As cidades de Marabá, Limoeiro do Ajuru, Acará, Augusto Corrêa, Bragança, Soure, Tracuateua, Eldorado dos Carajás, Distrito de Mosqueiro, Moju, Ananindeua e o bairro do Guamá, também receberam o Balcão de Direitos entre os meses de agosto e dezembro de 2020. Em alusão ao Dia da Consciência Negra, Balcão de Direitos, promoveu a ação na comunidade quilombola Itancoã-Miri, no município de Acará, atendendo mais de 400 pessoas. Em dezembro, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), o programa emitiu em torno de 400 RG para estudantes inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O Balcão de Direitos finalizou as atividades de 2020 com a "Ação Marajó", que passou pelos municípios de Portel, Curralinho e Breves.

Ao todo, foram mais de 20.000 atendimentos entre expedições de 2ª via de certidões de nascimento e óbito, retificação de certidões, reconhecimento de paternidade e orientação jurídica, ação judicial e emissão de CPF e RG. O Programa também conta com parceria do Governo do Estado, através da Fundação Parapaz.

EM ALTAMIRA Mil e quinhentos moradores de Altamira, na região Xingu do estado, tiveram acesso a serviços destinados à valorização da cidadania. Em Altamira, a ação aconteceu nos dias 05 e 06 de outubro, no Centro de Eventos da cidade.

Nesta edição, o programa contou com a participação dos defensores públicos Bia Tiradentes, Andréia Barreto, José Rogério Menezes e Ivo Câmara, lotados no Núcleo da Regional do Xingu. Ao todo foram emitidas cerca de 30 certidões extrajudiciais.

O defensor público geral João Paulo Lédo também acompanhou toda a programação e destacou a necessidade da Defensoria chegar cada vez perto dos mais vulneráveis.



O Balcão de Direito, programa de políticas públicas que leva cidadania e direitos constitucionais ao povo paraense, realizou mais de 2.600 atendimentos a partir do retorno em 14 de agosto.

Aurora do Pará, Marabá, Limoeiro do Ajuru, Acará, Augusto Corrêa, Bragança, Soure, Tracuateua, Ananindeua e o bairro do Guamá já receberam o Balcão de Direitos entre os meses de agosto e setembro de 2020.



20.000 atendimentos itinerantes
2ª via de certidão de nascimento e óbito
reconhecimento de paternidade
emissão de CPF e RG
orientação jurídica

